

Reflexões Teóricas Sobre o Envelhecimento Populacional e a Vulnerabilidade dos Idosos Brasileiros¹

ELIANA MESQUITA DA SILVA²

Docente voluntária | Universidade Estadual do Amazonas

LÁRA DE MELO BARBOSA ANDRADE

MARIA HELENA CONSTANTINO SPYRIDES

Docentes junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Abstract

Population aging in Brazil follows the trend of other populations worldwide, although this process occurs distinctly between countries and regions. This demographic fact stems from the demographic transition, when fertility and mortality rates decline over time, so that changes occur in the population's structure. In this sense, the projections for the country indicate that the elderly contingent should reach 30% of the total population in 2050, and should coexist with other age groups that will decrease in absolute terms, while the elderly group will tend to increase more rapidly. In the context of the consequences of this transition, the aging of the population emerges as an important challenge for Brazilian society, so this article aims to bring a brief reflection on who the elderly person is and the main aspects related to their living conditions, the aging of the population in the country, as well as presenting main approaches about the vulnerability of the elderly. In the meantime, the social disadvantage of the elderly in the context of social vulnerability is also discussed, the challenge of aging in a developing country and the retirement and income factor in the elderly's living conditions. As a methodology, we chose to do a bibliographic review on the subject in question. Thus, from bibliographic research, it is concluded that population aging is in

¹ Artigo referente a uma parte da dissertação de mestrado sobre o “Perfil sociodemográfico dos idosos nas capitais do Nordeste e a mortalidade dessa população por doenças crônico-degenerativas em Natal (RN)”.

² Professora voluntária na Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

fact a reality in the country and that it should raise challenges for society as a whole, since the vulnerability inherent in social inequality has effects on living conditions of the elderly, especially when it goes through the factors of retirement and income, thus, it is up to the government to promote appropriate policies for this population.

Keywords: population aging, elderly, social vulnerability.

Resumo

O envelhecimento populacional verificado no Brasil segue a tendência das demais populações no mundo todo, embora esse processo ocorra distintamente entre os países e regiões. Tal fato demográfico decorre da transição demográfica, quando as taxas de fecundidade e mortalidade declinam ao longo do tempo, de modo que aconteçam mudanças na estrutura etária da população. Nesse sentido, as projeções para o país apontam que o contingente idoso deverá alcançar 30% da população total em 2050, e deverá coexistir com outros grupos etários que diminuirão em termos absolutos, enquanto que o grupo dos idosos tenderá a aumentar mais rapidamente. No contexto das consequências dessa transição, o envelhecimento da população emerge como um importante desafio para a sociedade brasileira, de modo que este artigo objetiva trazer uma breve reflexão sobre quem é o idoso e os principais aspectos relacionados às suas condições de vida. O envelhecimento da população no país, bem como apresentar principais abordagens acerca da vulnerabilidade dos idosos. Nesse ínterim também se discorre sobre a desvantagem social dos idosos no contexto de vulnerabilidade social, o desafio de envelhecer num país em desenvolvimento e o fator aposentadoria e renda nas condições de vida dos idosos. Como metodologia optou-se por fazer uma revisão bibliográfica acerca do tema em questão. Dessa forma, a partir da pesquisa bibliográfica, conclui-se que o envelhecimento populacional é de fato uma realidade no país e que deverá suscitar desafios para a sociedade como um todo, já que a vulnerabilidade inerente à desigualdade social tem efeitos sobre as condições de vida dos idosos, especialmente quando perpassa pelos fatores da aposentadoria e renda, cabendo, assim, ao poder público fomentar políticas adequadas a essa população.

Palavras-chave: envelhecimento populacional, idosos, vulnerabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno demográfico verificado em todo mundo, embora ocorra em estágios distintos para cada país. Como este processo é visto como consequência do desenvolvimento econômico e das variações e tendências demográficas, as diferenças regionais que existem atualmente deverão permanecer, de modo que 80% dos idosos viverão em países de baixa renda na metade deste século (WHO, 2012; ONU, 2013; NASRI, 2008; BODSTEIN; LIMA; BARROS, 2014). Segundo o Relatório das Nações Unidas, em 2047, a proporção de crianças já deverá ser inferior à de pessoas idosas. E os 841 milhões de idosos verificados em 2013 deverão mais que dobrar em 2050, alcançando mais de 2 bilhões de pessoas (ONU, 2013).

Segundo a classificação de países mais envelhecidos do mundo em 2013, os maiores percentuais de idosos foram observados naqueles de economias mais avançadas, dentre os quais se destaca o Japão (32%). Sobressaem-se ainda países como a Itália, Alemanha e Finlândia, que apresentam um amplo percentual de idosos no cômputo geral da população – em torno de 26% em seus países. Já nas economias menos desenvolvidas estão incluídos tanto os países que se encontram em um estágio mais avançado de envelhecimento (Armênia, Argentina, Chile, China, Cuba, Chipre, Geórgia, Israel, Porto Rico, Singapura e Sri Lanka), quanto os países em que a proporção de idosos ainda é muito baixa e não há tendência de aumento, como é o caso de todos os países da África Sub-Saariana, à exceção das Ilhas Maurícius, Reunião, Seicheles e Santa Helena, e vários países da parte Central, Ocidental e Sudeste da Ásia (ONU, 2013).

Levando-se em conta as diferenciações evidentes entre e intra regiões e países no que se refere ao processo de envelhecimento populacional, ressalta-se que as previsões da ONU (2013) para 2050 são de que haverá uma concentração de 8% a 10% do segmento populacional idoso nas regiões menos desenvolvidas do planeta, em virtude de um crescimento mais acelerado nessas regiões, e que

também confirmam os atuais valores de 66,7% de idosos vivendo em países em desenvolvimento.

Na América Latina, o Uruguai é o país que se encontra em um estágio mais avançado desse processo (20% da sua população é formada por idosos), seguido da Argentina (14%) e do Chile (13%). O Brasil se encontra na 6ª colocação como país latino-americano mais envelhecido, com 11% da população acima de 60 anos (BANCO MUNDIAL, 2011).

Cabe mencionar que o fenômeno da transição demográfica (quando ocorrem mudanças de altos para baixos níveis de fecundidade e mortalidade) verificado no Brasil nas últimas décadas, traz como consequências importantes alterações na estrutura etária da população brasileira, da qual o envelhecimento populacional é intrínseco (ALVES, 2014). Carvalho e Wong (2008) salientam que a população sofrerá maiores mudanças, pois coexistirão grupos etários que diminuirão em termos absolutos, ao passo que outros como os dos idosos crescerão em ritmo mais acelerado.

Ademais, os idosos ficarão ainda mais idosos, já que a população de 80 anos e mais crescerá em torno de 6,4% em 2050 (IBGE, 2008). Camarano (2014) esclarece que estes idosos, nascidos nas décadas de 1950 e 1960, estão se transformando nos “*elderlyboomers*” porque são pertencentes a coortes de períodos em que a fecundidade era bastante alta e, como foram favorecidos com a redução da mortalidade e aumento da esperança de vida, estão sobrevivendo por mais tempo.

2. QUEM É O IDOSO E QUAIS OS PRINCIPAIS ASPECTOS ESTÃO RELACIONADOS ÀS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA?

Em um contexto de envelhecimento da população em nível mundial, cabe questionar quem é o idoso no Brasil? Quem seria considerada uma pessoa idosa? Quais olhares cercam a pessoa idosa? Inicialmente, para definir uma pessoa idosa seria necessário considerar fatores psicológicos, comportamentais e sociais que variam conforme as características específicas do ambiente onde estes indivíduos vivem. Por isso, é arriscado afirmar que o critério universal adotado para classificar a “categoria idoso” seja homogêneo, pois são indivíduos de diferentes lugares e épocas. Nesse sentido, é importante observar os

aspectos mencionados para fazer esse tipo de categorização (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Apesar de Camarano e Pasinato (2004) advertirem sobre a dificuldade em conceituar o idoso, salientam que a definição a partir do critério etário é vantajosa para as políticas públicas, em virtude de haver maior facilidade de sua verificação, servindo de marco para algumas especificidades como identificação de beneficiários, direcionamento de recursos e concessão de direitos. Daí, como afirmam as autoras, não obstante haver heterogeneidades dentro deste grupo populacional, os conceitos requerem alguma medida de praticidade para identificar os indivíduos idosos com determinadas características.

Por outro lado, em sentido estrito, os idosos não correspondem a um grupo homogêneo com características homogêneas, pois são oriundos de diferentes condições socioeconômicas vivenciadas ao longo da sua vida e de distintas origens geográficas. Ademais, convém destacar que mesmo havendo diferenças demográficas entre eles, suas necessidades não são iguais. Em particular porque os limites etários dos quais fazem parte são arbitrários e fixam descontinuidades em um processo de envelhecimento que é de natureza contínua e que nem sempre encontra correspondência com a situação laboral desses indivíduos que, aliás, podem se aposentar antes de um limite determinado, depois ou nunca (CABRÉ, 1993).

Nesse sentido, o conceito de idade, relacionada à pessoa idosa, é multidimensional e não é uma boa medida do desenvolvimento humano, pois a idade e o processo de envelhecimento possuem outras dimensões e significados que estão aquém das dimensões da idade cronológica. Considera-se que, “embora a velhice seja nada além do que um construto social, o preconceito continua florescendo. Dessa forma, a idade é uma categoria embutida dentro dela mesma, é discutível e obsoleta” (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Além das construções sociais acerca da idade da pessoa idosa e as limitações laborais enfrentadas pelos mais velhos, cabendo mencionar que as relações familiares desempenham um papel importante na forma como se enxerga o idoso na sociedade, pois têm um significado relevante na determinação do que seja a velhice. Ao se levar em conta o aspecto psicológico, as características de personalidade dos indivíduos que chegam à velhice mostram-se as

mesmas de quando eram jovens, podendo ser pouco acentuadas, sem, no entanto, serem modificadas em virtude da idade. Já no aspecto existencial, configura-se a vivência da perda da própria vida, em que a morte representa um fator de grande angústia para a maioria dos idosos (FRANÇA; SOARES, 1997).

Por outro lado, o crescente interesse pela população idosa, principalmente como consumidores, não traz no bojo, segundo Scortegagna (2010), outros elementos como respeito, dignidade, salários justos e melhores condições de vida para as pessoas de 60 anos ou mais. Isto é, ao mesmo tempo em que o idoso, de modo geral, é inserido na sociedade de consumo, de acordo com Oliveira (2013), falta-lhe integração social no que se refere ao conhecimento de seus direitos e empoderamento. Trata-se de um novo olhar sobre a velhice e o idoso que ainda emerge lentamente, já que para isso encerra a necessidade de uma mudança cultural sem os estereótipos negativos da sociedade. E, nesse sentido, segundo Scortegagna e Oliveira (2012), é interessante a atribuição ao idoso como “ator social”, enquanto sujeito que tem papéis sociais e que percebe sua identidade, seu espaço e suas relações sociais.

2.1 Desvantagem social dos idosos no contexto de vulnerabilidade social

A vulnerabilidade atinge a todos de acordo com determinadas adversidades e circunstâncias, ainda que algumas pessoas ou grupos sejam mais vulneráveis a choques, adversidades ou mesmo à pobreza, dependendo de limiares e dimensões para medição, como é o caso da saúde, educação e recursos materiais (PNUD, 2010).

Não obstante, a vulnerabilidade social tem origem na incapacidade de uma pessoa ou domicílio aproveitar as oportunidades disponíveis em diferentes contextos socioeconômicos, a fim de melhorar sua situação de bem-estar e evitar sua deterioração. A falta de oportunidades, nesse sentido, implica fragilidade no processo de acumulação de ativos, já que as situações de vulnerabilidades podem desencadear um agravamento progressivo desse processo (KAZTMAN, 2000).

Uma abordagem sobre um segmento socioeconômico implica não apenas distinções culturais ou distribuições funcionais, mas envolve relações assimétricas e hierárquicas. Isto é, certos segmentos

da população que se encontram em níveis superiores da hierarquia socioeconômica têm vantagens sociais (no sentido de haver ativos financeiros); enquanto que outros, estabelecidos em níveis inferiores desta hierarquia enfrentam desvantagens sociais, já que existe escassez de ativos. Tais desvantagens, referem-se às condições sociais que afetam negativamente o desempenho de comunidades, domicílios e pessoas, impossibilitando o acesso ao conhecimento, a disponibilidade e capacidade de gestão de recursos e oportunidades (VIGNOLI, 2000).

Dentro dessa abordagem, a pobreza é uma condição que se caracteriza pela privação contínua ou crônica de recursos e capacidades, já que causa impossibilidades de acesso ao exercício de direitos civis, culturais, econômicos e políticos. Além disso, estudos como os da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2000) e o Programa das Nações Unidas (2000) apresentam um conceito de condições de pobreza que está associada com a incapacidade econômica de acesso a determinados bens. Nesse contexto de desafios permanentes de socialização do indivíduo, a vulnerabilidade se estreita com a capacidade de resposta frente às diferentes inserções sociais que impõem escalas de renda, prestígio e poder. E, dessa forma, as unidades domésticas e as pessoas com pouco capital humano, ativos escassos, falta de informação e com pouca capacidade para administrar seus recursos, estariam em condições de vulnerabilidade frente a um meio de pressão e exigências contínuas (FLÓREZ, 2011).

Ao considerar a vulnerabilidade, e estendendo-se à vulnerabilidade sociodemográfica, da qual a vulnerabilidade social é inerente e correlata da socioeconômica, Vignoli (2005) afirma que apesar de o termo ser novidade, permite considerações acerca de vários riscos das unidades domésticas que podem ter trajetórias diferentes com o avanço da transição do desenvolvimento econômico e social. Isto significa que a vulnerabilidade demográfica guarda associação com diferentes manifestações de desvantagem social. Sua importância é relevante se se considera a incorporação de características demográficas das unidades domésticas como estrutura etária, sexo do chefe do domicílio e razões de dependência.

Destarte, analogamente, é possível relacionar grupos vulneráveis a fatores sociodemográficos dos quais fazem parte os

idosos e as comunidades envelhecidas sem fontes de rendimento ou sistema de proteção sustentáveis. Nesse sentido, com o avanço da transição demográfica, novas fontes de incertezas demográficas para o futuro são introduzidas, como é o caso da diminuição populacional, o envelhecimento e a instabilidade familiar. Quando estas fontes se combinam de modo a ocasionar falta de proteção pública crescente, é possível que gerem novas pressões e também demandem crescentes gastos, carências financeiras, fraqueza institucional e pobreza persistente (VIGNOLI, 2005).

Guzmán (2002) considera ainda a situação econômica dos idosos agravada pela baixa capacidade de poupança durante o ciclo de vida que, pautada na relação das mudanças no mundo do trabalho e aumento das atividades informais, enfraquece o apoio institucional a este grupo. E, por isso, existe o risco de a pobreza ser reproduzida no contexto do envelhecimento, já que os mecanismos de amparo institucional na velhice apresentam-se falhos e incertos. Ademais, a desigualdade regional corrobora na também desigual distribuição de ativos (patrimônio, ganhos, capital humano ou contatos), fomentando a reprodução das desigualdades e manutenção da pobreza frente a um fraco desenvolvimento institucional das estruturas de proteção social. Algumas daquelas consequências mencionadas inicialmente e que envolvem o envelhecimento populacional podem ser evidentes, enquanto que outras podem ser mais hipotéticas e de difícil avaliação devido o envelhecimento ser uma condição relativamente nova na história humana, pois nunca as pessoas viveram tanto. Portanto, ainda que haja contradições nesse processo, em especial quando se afirma que o envelhecimento tem uma relação distante da pobreza, há uma probabilidade de que as coortes que irão fazer parte da população idosa tenham uma composição econômica diferenciada da atual população de 60 anos ou mais. Nesse contexto, o descenso da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida dos idosos foram benéficos a todos os grupos sociais. Todavia, para aqueles que experimentaram uma trajetória de vida sob condições de pobreza e que chegam à “fase idosa”, poderão permanecer nestas mesmas condições, elevando assim os indicadores de pobreza dentro desse grupo (VIGNOLI, 2005).

Em paralelo a esse cenário, Camarano (2014) ressalta que os elevados níveis de pobreza em quase todo o mundo têm ocorrido não

em consequência da falta de recursos, mas da má distribuição deles, o que contesta, dessa forma, a ideia de que o envelhecimento seja visto por uma ótica negativa e dispendiosa em termos de gastos públicos. A esse respeito, Camarano, Fernandes e Fernandes (2014) defendem que, se por um lado, os efeitos daqueles estereótipos são generalistas em torno do envelhecimento, como é a questão da vulnerabilidade, por outro lado, existe de fato uma parcela da população idosa que experimenta altos níveis de vulnerabilidade e dependência que poderão ser reforçados ou reduzidos, dependendo das decisões políticas a serem tomadas e do crescimento econômico observado no país. De acordo com Agostinho e Máximo (2006), acerca desse processo, não houve uma reorganização na esfera econômica, social e política do país exigida pelo processo do envelhecimento.

2.2 O desafio de envelhecer no país

O consistente aumento do número de idosos constitui uma realidade que vem merecendo atenção e importância nos últimos anos, devendo causar consideráveis impactos em termos de maiores demandas no setor da saúde, previdência e cuidados e atenção especial por parte das famílias e da sociedade como um todo (CAMARANO, 2015).

Embora o número relativo de idosos seja crescente e o processo de envelhecimento já tenha sido bastante pesquisado por renomados estudiosos brasileiros, não houve melhorias muito significativas sob o ponto de vista socioeconômico para essa população (KALACHE, 1987; CAMARANO 1999; MOREIRA, 2000, VERAS *et al.*, 2001; CARVALHO; BRITO, 2005; SAAD, 2006). Segundo Carvalho e Wong (2008), um das explicações está pautada na rapidez com que tem se dado tal processo no Brasil ao compararmos, por exemplo, com países mais abastados economicamente, de modo que se verifica que o país não se preparou e tampouco vem se preparando para enfrentar uma população mais envelhecida.

Indubitavelmente, o envelhecimento populacional é um trunfo do desenvolvimento (UNFPA, 2012). No entanto, configura-se como um desafio de alta complexidade, pois, se por um lado, esse processo compreende um risco sociodemográfico, que será mais nítido no futuro, embora tal processo já tenha se iniciado, uma vez que os idosos do futuro já nasceram, por outro, considera o envelhecimento um risco discutível. Neste âmbito, excetuam-se os riscos relacionados à

morbimortalidade ou ao exercício dos direitos dos idosos, já que consequências potencialmente adversas seriam sentidas em relação às variáveis econômicas (em termos de demanda agregada), às finanças públicas (no campo da saúde e da segurança social), ao perfil epidemiológico (que envolve grande complexidade) e à estrutura social (pela perda de flexibilidade que afeta as relações econômicas) (VIGNOLI, 2005).

A esse respeito, Kaztman (2000), assinala que surgimento da vulnerabilidade se deu como alternativa para a crescente heterogeneidade dos problemas que cercam as questões sociais. E nessa vertente, de acordo com Rodrigues e Néri (2012), tais efeitos implicam aumento e desenvolvimento de vulnerabilidades, sejam biológicas, socioeconômicas e psicossociais, de modo a causar condições deficitárias na educação, renda e saúde ao longo da vida.

2.3 O fator aposentadoria e renda nas condições de vida dos idosos

Outro fator que faz parte da complexidade do processo de envelhecimento populacional no Brasil é que ele acontece *pari passu* à significativa presença de grupos etários jovens, o que deixa o segmento dos idosos sob a ótica de várias análises, principalmente por deixarem de fazer parte do mercado de trabalho e tornarem-se dependentes do ponto de vista de ativos financeiros.

Embora existam argumentos de que a realidade da pobreza seja menor entre os idosos do que entre os não-idosos, como chama a atenção Camarano e Pasinato (2007), ao mesmo tempo, as autoras apontam para as controvérsias que existem em torno do debate, já que entram em jogo vieses intergeracionais das políticas públicas, que estariam privilegiando mais os idosos do que outros grupos etários, no que se refere aos recursos e transferências do Governo.

Por outro lado, segundo Lima-Costa (2003), os idosos sem recursos suficientes passam a viver com dificuldades e restrições, permanecendo muitas vezes em estado de pobreza. Nesse sentido, Camarano (2002), salienta que as aposentadorias desempenham um papel importante na renda na renda dos idosos. A autora chama a atenção ainda que o grau de dependência dos idosos é, em grande medida, determinado pela provisão de renda oriunda do Governo e que, nesse sentido, como parcela da renda familiar depende da renda

do idoso, um aumento ou redução da aposentadoria atingiria uma fração dos rendimentos de famílias inteiras.

Essa assertiva é confirmada por Neri, Carvalho e Corsi (2014) no sentido de que a renda das aposentadorias e pensões configuram como a maior renda para os idosos. E é um fator que tem grande influência na permanência do idoso na atividade econômica, quando ocorre a perda laborativa associada ao envelhecimento. Isto é, no âmbito do mercado de trabalho formal e urbano, o idoso que tem alta escolaridade tem mais chances de permanecer na atividade econômica do que aqueles com níveis extremamente baixos.

De todo modo, vale observar que, sendo a aposentadoria um determinante para a saída dos homens do mercado de trabalho, ainda que isto não signifique ausência de atividades laborais, os aposentados compõem a grande maioria da população idosa. No caso das mulheres, a aposentadoria e a posição no domicílio não determinam diferenciais muito significativos na participação econômica, indicando, por exemplo, que as mulheres idosas haveriam participado previamente do mercado de trabalho (WANJMMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004).

Trata-se de um argumento importante, mas como chama a atenção Camarano (2014), a exemplo de outros países, o aumento da expectativa de vida associada a melhores condições de saúde tem modificado a idade do início da “dependência”, mudando dessa forma, a idade mínima para a aposentadoria, o que significa permanecer mais tempo no mercado de trabalho e prolongar o recebimento de uma renda. Tal cenário seria razoável no país se os ganhos na expectativa de vida fossem proporcionais a maior permanência do trabalhador na atividade econômica, o que não tem ocorrido.

Nessa vertente, no entanto, Batista e colegas (2008), no Relatório sobre “*Envelhecimento e dependência...*”, ao abordarem a questão do novo cenário demográfico frente a previdência social, apontam que, considerando as projeções do IBGE para 2050, a população economicamente inativa, da qual cada vez mais fazem parte os idosos, prevalecerá frente à população de jovens e crianças.

Já em relação à renda, Camarano (2014) salienta ainda que, no caso do Brasil, a renda dos idosos tem um papel importante no contexto familiar. Entretanto, se não houver uma poupança por parte das famílias, em termos de provisão de cuidados nas idades mais

avanzadas, o cenário não será tão alentador. Por isso, a importância de conscientização por parte dos trabalhadores de que o governo ou mesmo seus familiares não suprirão suas necessidades na velhice. Com efeito, Turra e Queiroz (2005) asseveram que, em média, o total dos gastos governamentais com idosos são quase 5 vezes maiores do que os de crianças, fato que mostra um impressionante contraste em relação a outros países desenvolvidos, cujas transferências públicas são marcadamente descendentes.

Nessa perspectiva, Goldani (2004) ressalta que essa “preocupação com o viés geracional parece estar relacionada com uma percepção negativa do fenômeno do envelhecimento da população”, atrelada a um olhar estático da realidade e dos indicadores de desigualdade, baseada no modelo de igualdade entre as gerações. Reitera que apesar de haver uma tendência em alocar maiores recursos para os idosos nos programas governamentais de transferências de renda, gerando, nesse caso, um “viés geracional”, estes fatos trazem apenas interpretações alarmantes, já que, como salienta a autora, “não se observam medidas ou evidências qualitativas sobre tensões ou conflitos entre idosos e crianças”.

Desse modo, não existiriam evidências de conflito intergeracional no Brasil, mas sim um pessimismo econômico em relação aos gastos públicos, em virtude do aumento do número de idosos que recebem benefícios. Além disso, não existem evidências contrafactuais de que famílias com crianças são pobres porque o Governo transfere maior soma de recursos para os idosos. Na realidade, a autora chama a atenção para a perspectiva de desigualdades e ausência de uma política social para as famílias (GOLDANI, 2004).

Além disso, muito embora a renda constitua uma das variáveis mais importantes quando se aborda pobreza e desigualdade social, segundo Guzmán (2002), é provável haver menor tendência de co-residência entre idosos com melhores condições materiais, como é o caso de países desenvolvidos. Ainda que pesquisas realizadas na América Latina mostrem que essa relação é menos clara, em geral, apontam que os idosos mais ricos apresentam menor probabilidade de viverem sós em contraposição aos idosos mais pobres.

Acrescente-se ainda que nos países de economia em desenvolvimento, a renda não tem apenas associação com o atraso

tecnológico, a pobreza ou ainda a persistente concentração de renda, mas está associada principalmente com a ausência de políticas sociais universais efetivas (MAURIEL, 2011). Também, segundo o Relatório do PNUD (2010), a desigualdade observada na renda, educação, saúde, além de outros indicadores, é persistente entre as gerações que, aliás, apresentam-se, num contexto de baixa mobilidade socioeconômica.

Dentre estes, outros indicadores que apontam para as condições de vida dos idosos e repercutem no bem-estar dessa população diz respeito às unidades domésticas e serviços de infraestrutura. O IBGE (2011), a partir da publicação do *Relatório Indicadores Sociais Municipais de 2010*, aponta que, no caso das unidades domésticas, para o aumento do número de domicílios unipessoais vários fatores estariam combinados para explicar o fenômeno de pessoas que moram sozinhas.

Nesse contexto, vale ressaltar também que o aumento da esperança de vida faz com que os idosos vivam sozinhos, em virtude de não mais dividirem o domicílio com parentes, somado ao processo da verticalização das cidades e diminuição das residências. Trata-se de um fenômeno que vem ocorrendo não apenas no Brasil, mas em todo o mundo devido às mudanças comportamentais. Em se tratando de questões relacionadas à infraestrutura de acesso a serviços públicos, o Relatório também sinaliza que as condições de saneamento do domicílio, como esgotamento sanitário, abastecimento de água e destino do lixo são essenciais para garantir o bem-estar da população, de um modo geral (IBGE, 2011).

3. METODOLOGIA

Esse artigo foi escrito a partir de pesquisas em fontes bibliográficas sobre o envelhecimento populacional e os idosos no Brasil. Convém mencionar que o presente trabalho é oriundo da dissertação de mestrado sob o título “Perfil sociodemográfico dos idosos nas capitais do Nordeste e a mortalidade dessa população por doenças crônico-degenerativas em Natal (RN)”, cujas referências (de uma parte do trabalho) deram sustentação para a aprovação da pesquisa.

4. CONCLUSÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade premente no Brasil como um todo e compreende um desafio para a sociedade. As transformações demográficas em curso no país produzirão maiores mudanças na estrutura etária da população, cujas consequências serão sentidas por toda a sociedade. O processo de envelhecimento no país não encontra referência ao ocorrido nos países desenvolvidos economicamente, em virtude de as transformações socioeconômicas terem se dado de formas distintas. Naquelas economias estabilizadas, as pessoas envelheceram dentro de um cenário com elevado padrão de vida e bem-estar social, diferentemente do que vem ocorrendo no Brasil, pois a população está envelhecendo sem que tenha ocorrido mudanças estruturais.

Nesse sentido, embora seja crescente o interesse da sociedade pela população idosa, permanecem estereótipos e preconceitos, principalmente relacionados a idade desses indivíduos que, ao completarem 60 anos, passam a ser destituídos de seu papel como atores sociais, ou seja, como alguém que tem identidade e que precisa estar integrado na sociedade em termos de direitos, dignidade e melhores condições de vida.

Ademais, verifica-se que a vulnerabilidade social e seus reflexos nas condições de vida dos idosos não se deu de forma pontual e isolada, mas acompanha os indivíduos, em sua maioria, ao longo do ciclo de vida, em virtude da incapacidade de aproveitar as oportunidades conforme os contextos socioeconômicos. Dessa forma, a vulnerabilidade continua a gerar desvantagem social entre os idosos, ainda que se considerem as transferências de renda do governo. De todo modo, embora houvesse a necessidade de um caráter conceitual mais abrangente, em virtude de contextos sociopolíticos, a vulnerabilidade admite vias mais dinâmicas e factíveis de enfrentar situações de riscos (sociais, econômicos e demográficos) ou de potencialidades para enfrentá-los.

Portanto, tendo em vista que as condições socioeconômicas dos idosos, intrinsecamente correlacionadas com a vulnerabilidade social e demográfica, perpassam pela qualidade de vida e que se relacionam com bens e serviços, melhores condições socioeconômicas e nível de renda podem, por exemplo, permitir-lhes tomar decisões quanto às

próprias necessidades. Além disso, o idoso faz parte de um contexto micro, em que não pode ser padronizado como uma categoria única devendo ser consideradas suas necessidades específicas a partir de políticas oriundas do poder público adequadas para este segmento populacional.

REFERÊNCIAS

1. AGOSTINHO, C. S. MÁXIMO, G. C. Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu- MG, 2006.
2. BANCO MUNDIAL. Envejecimiento de la población: ¿está preparada América Latina? Ed. COTLEAR, D. USA, 2011. Disponível em: www.worldbank.org. Acessado em 24.07.2018.
3. BATISTA, A. S. et al. Envelhecimento e dependência: desafios para a Organização da Proteção Social. Coleção Previdência Social, Volume 28. Ministério da Previdência Social/Secretaria de Previdência Social. Brasília, 2008.
4. BODSTEIN, A.; LIMA, V. V. A.; BARROS, A. M. A. A vulnerabilidade do idoso em situações de desastres: necessidade de uma política de resiliência eficaz. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 81-87, 2012.
5. BULLA, L. C.; DA LUZ OLIVEIRA, J. A experiência de vida de idosos em situação de rua. As múltiplas formas de exclusão social. EDIPUCRS, p. 143. Porto Alegre, 2004.
6. CABRÉ, Anna. Algunas consideraciones sobre envejecimiento em España y su evolucion futura. In: VERA, P. Sanchez (ed.). Sociedad y poblacion anciana. Secretariado de publicacones. Universidade de Murcia, 1993.
7. CAMARANO, A. A. et al. Como vai o idoso brasileiro. TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 681. ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, 1999.
8. _____. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para discussão No. 858. Rio de Janeiro. 2002.
9. _____. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. In: Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? CAMARANO, A. A. (Org.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2014.
10. CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: CAMARANO, A. A. (Org.). Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2014.
11. CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? CAMARANO, A. A. (Org.). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2004.

12. _____. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para discussão No. 1292. Rio de Janeiro, 2007.
13. CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista brasileira de estudos populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005.
14. CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. L. Rodríguez. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(3):597-605, mar, 2008.
15. CAUDURO, M. H. F. et al. Condições de vida e de saúde dos idosos de Manaus e Porto Alegre. EdUPUCRS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Acessado em 12.01.2020.
16. CEPAL (2000) Equidad, Desarrollo y Ciudadanía. Capítulo 2: “Equidad, Desarrollo y Ciudadanía: una Visión Global”. Vigésimo octavo período de sesiones. México, D.F. PNUD (2000). Informe sobre desarrollo humano. Ediciones Mundi-Prensa. México. D.F.
17. DEBERT, G. G. Política de atenção à terceira idade. In: MPAS. Discutindo a assistência social no Brasil. Brasília, 1997.
18. FLÓREZ, J. F. M. Composición de los hogares y determinantes de la pobreza en el área metropolitana de Cali para el segundo trimestre de 2008. Trabajo de Pregrado. Universidad del Valle. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Programa de Economía. SANTIAGO DE CALI, 2011.
19. FRANÇA, Lúcia Helena; SOARES, Neusa Eiras. A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice. In: Terceira Idade: desafios para o terceiro milênio. Renato Veras, organizador. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UnATI/UER, 1997.
20. FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio. Fundo de População das Nações Unidas e Help Age International, 2012.
21. GOLDANI, Ana Maria. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
22. GUZMÁN, J. M. Envejecimiento y desarrollo en América Latina y el Caribe. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población. Serie población y desarrollo No. 28. Santiago de Chile, 2002.
23. IBGE. Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050. Revisão 2008. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica no. 24. Rio de Janeiro, 2008.
24. IBGE. Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. No. 28. Rio de Janeiro, 2011.
25. KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, L. R. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 21:200-10, 1987.
26. KAZTMAN, Ruben. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. México: BID-BIRF- CEPAL, 2000. Borrador para discusión. 5 Taller regional,

- la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones. Disponível em www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos. Acesso: em 11.01.2020.
27. KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Ruben. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO). In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Ed. da UNICAMP. Campinas, 2006.
 28. LIMA-COSTA, M. F. et al. Desigualdade social e saúde entre idosos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):745-757, mai-jun, 2003.
 29. MAURIEL, A. P. O. Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza. Ed. Unijuí. Coleção Relações Internacionais e Globalização. Ijuí-Rio Grande do Sul, 2011.
 30. MOREIRA, M. M. Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais. In: WONG, L. L. R. (Org.). O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG e Abep, p. 25-56, 2000.
 31. MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. World Development, v.26, n.1, 1998.
 32. NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. Einstein. 2008; 6 (Supl 1):S4-S6.
 33. NERI, M.; CARVALHO, K.; CORSI, A. Motivações financeiras para as pessoas da terceira idade. In: CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
 34. OLIVEIRA, R. C. S. A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 35, n. 1, p. 79-87, Jan.-June, 2013. Disponível em: <http://www.uem.br/acta>. Acesso em: 08.12.2019.
 35. PARAHYBA, Maria Isabel. Desigualdades de gênero em saúde entre os idosos no Brasil. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, 2006.
 36. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Ranking IDHM Unidades da Federação 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2000.aspx>. Acessado em 16.08.2018.
 37. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>. Acessado em 16.08.2018.
 38. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Esperança de vida ao nascer. Disponível em http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_bh/release_longevidade.pdf. Acessado em 16.08.2018.
 39. RODRIGUES, N. O.; NERI, A. L. Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA, Campinas, SP, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 17(8):2129-2139, Campinas, 2012.

40. SAAD, P. M. Envelhecimento populacional: demandas e possibilidades na área de saúde. In: GUIMARÃES, J. R. S. (Org.). Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações. Demographicas, vol. 3. Campinas: ABEP, 2006.
41. SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Estudos de Psicologia, 25(4), 585-593, Campinas, 2008.
42. SCORTEGAGNA, Paola Andressa. Políticas públicas e a educação para a terceira idade: contornos, controvérsias e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, 2010.
43. SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, R. C. S. Idoso: um novo ator social. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.
44. SILVA, V. C.; JOAQUIM, A. Determinantes de condições dos idosos nas Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, 1970 e 2000. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu-MG, 2004.
45. TURRA, Cássio M.; QUEIROZ, Bernardo L. Intergenerational transfers and socioeconomic inequality in Brazil: a first look. CELADE, Santiago, Chile, 2005.
46. VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales. Santiago de Chile: CEPAL, 2000. 79p.
47. VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidade sociodemográfica: antigos e novos riscos para a América Latina e o Caribe. In: Cunha, José Marcos Pinto (org.). Novas Metrópoles Paulistas – População vulnerabilidade e segregação. Nepo/Unicamp, 2005.
48. VERAS, R. et al. Velhice numa perspectiva de futuro saudável. UNATI, UERJ. Rio de Janeiro, 2001.
49. WANJMMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
50. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Good health adds life to years: Global brief for World Health Day 2012. Disponível em: http://www.who.int/world_health_day/2012. Acessado em 05.02.2019.